

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: novembro de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

O Brasil e os direitos humanos – Navi Pillay - Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 08/11/2009	3
Verdades do Censo Agropecuário – Guilherme Cassel - Sítio Eletrônico do MST – 17/11/2009	4
PSDB resiste a modelo do Bolsa-Família - Julia Duailibi – Estado de São Paulo – Nacional – 22/11/2009	5
PSDB resiste a modelo do Bolsa-Família - Julia Duailibi – Estado de São Paulo – Nacional – 22/11/2009	6
COMISSÃO APROVA VALOR MAIOR QUANDO FILHOS TÊM BOAS NOTAS – Folha de São Paulo – Brasil – 26/11/2009	8
Deserto de homens e trabalho – Liana Melo – O Globo – Economia – 29/11/2009.....	8
Desertificação já atinge 7 estados e 30 milhões – Liana Melo – O Globo – 29/11/2009	10
Cidade fantasma – O Globo – Economia – 29/11/2009	11

ESTOU VISITANDO o Brasil logo depois do anúncio de que o país vai sediar os Jogos Olímpicos de 2016, bem como a Copa do Mundo de 2014. Quero ressaltar que, enquanto está sob os holofotes do mundo, o Brasil deveria aproveitar todas as oportunidades para defender globalmente os direitos humanos que protege em casa. A determinação do presidente Lula de ajudar a tirar muitos brasileiros da pobreza é algo que eu elogio e entendo -até porque eu, como ele, nasci em um ambiente marcado pela pobreza e pela discriminação. Outros países já estão tentando imitar o compromisso do Brasil de igualar o nível de oportunidade entre os que têm todas as possibilidades de sucesso e aqueles não têm nenhuma.

Nos últimos anos, o Brasil foi elogiado por seus esforços no combate à pobreza e à desigualdade, bem como à fome e à discriminação. E o tratamento médico dado a pessoas vivendo com HIV/Aids tem sido exemplar. O papel de liderança do Brasil foi reconhecido durante a Revisão Periódica Universal - uma avaliação regular da situação dos direitos humanos em todos os países, realizada pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Quando o Brasil foi analisado, outros países solicitaram mais informações sobre programas como o Fome Zero, o Bolsa Família e o ProUni. Essas iniciativas têm sido eficazes no enfrentamento de desafios sociais e econômicos que o país compartilha com muitas outras nações ao redor do mundo e que têm um impacto direto na implementação dos direitos humanos fundamentais. Durante minha visita, vou assinar um memorando de intenções que expandirá a cooperação entre o governo do Brasil e o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. O memorando estabelecerá a base para um novo modelo de cooperação sobre os direitos humanos, que prevê uma parceria em entre o Brasil, meu escritório e outros países que pedem ajuda na implementação de recomendações de mecanismos de direitos humanos da ONU e na adoção de medidas que façam dos direitos humanos uma realidade em seus países.

Ele também apresenta várias oportunidades para o Brasil compartilhar a experiência, os conhecimentos e as práticas de elaboração de suas próprias tentativas de enfrentar os enormes desafios relacionados aos direitos humanos. No entanto, outras ações para enfrentar os graves problemas de direitos humanos no país são necessárias. Fiquei impressionada quando, em resposta à crise econômica mundial, o Brasil expandiu o Bolsa Família para incluir mais 1,3 milhão de famílias. Porém, com tantos afro-brasileiros, mulheres e grupos indígenas ainda vivendo na pobreza e sem acesso a serviços básicos, é imperativo que esse programa e outras medidas para reduzir a pobreza e a desigualdade incluam todos os brasileiros, sem nenhum tipo de distinção.

Da mesma forma, enquanto eu aplaudo o progresso na expansão do acesso à educação para grupos afetados pela discriminação, espero que isso se traduza em maiores oportunidades de emprego, maior participação nos assuntos públicos e igualdade de acesso à Justiça.

A falta de segurança que assola as favelas e prisões deve ser erradicada, mas sem comprometer os direitos humanos no processo. Ainda muitas pessoas -em sua maioria afro-brasileiros jovens e pobres- se tornam vítimas de uma violência extrema cometida por criminosos ou por aqueles cujo

emprego é prevenir crimes, e poucos autores desses crimes são levados à Justiça. Além disso, muitos sofrem com condições desumanas e violentas no sistema prisional. Eu confio que o foco do Brasil nos direitos humanos permanecerá inequívoco enquanto o país busca melhorar a segurança pública. Segurança e direitos humanos são indissociáveis, e um não pode ser alcançado sem o outro. Com o tempo, eu aprendi que o que faz o verdadeiro campeão não são a aptidão física, a primazia social ou o poder econômico, mas objetivos claros, dignidade e trabalho em equipe.

Enquanto o Brasil sobe ao palco do mundo, estou confiante de que essas qualidades irão inspirar outras pessoas a participar da corrida pelos direitos humanos, pela não discriminação e pela justiça.

NAVANETHEM PILLAY, mestre e doutora em direito pela Universidade Harvard, é a alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Verdades do Censo Agropecuário – Guilherme Cassel - Sítio Eletrônico do MST – 17/11/2009

O Censo Agropecuário 2006, divulgado há algumas semanas pelo IBGE, esclarece muito sobre o meio rural brasileiro e joga luz sobre quem é quem no rural do Rio Grande do Sul. Há muito sabemos que a agropecuária tem valor significativo na economia gaúcha. Conforme estudo da Fipe/USP, 55% do PIB gaúcho vem deste setor. Mas também há muito tempo persiste entre nós a ideia de que essa é uma produção “dos grandes”, daqueles que têm mais terra, mais dinheiro, mais acesso a novas tecnologias e que produzem grãos para a exportação.

Os dados do Censo mostram o quanto é errada essa percepção. Agora, sabemos que 86% dos estabelecimentos rurais gaúchos são da agricultura familiar (estabelecimentos com até quatro módulos fiscais, ou seja, no caso do RS, no máximo 160 hectares), que esses estabelecimentos ocupam 992.088 pessoas (81% das pessoas ocupadas no campo) e que ela participa com 54% do valor bruto da produção, mesmo ocupando apenas 31% da área agricultável. Com mais clareza: a agricultura familiar no RS é mais produtiva que a chamada agricultura “dos grandes”. Se compararmos os indicadores de produtividade por hectare, isto fica ainda mais claro: R\$ 1.462/ha/ano na agricultura familiar contra apenas R\$ 547/ha/ano na agricultura de escala. Ou seja, no Rio Grande do Sul, a agricultura familiar é 67% mais produtiva. Outra informação importante: a agricultura familiar ocupa 16,1 pessoas para cada cem hectares, enquanto o outro modelo ocupa apenas 1,7 pessoa para os mesmos cem hectares.

Os dados do Censo mostram ainda que esta situação se repete em todo o país. No Brasil, a agricultura familiar é 89% mais produtiva que o modelo tradicional e, com apenas 24,3% da área agricultável, participa com 38% do valor bruto da produção.

Realçar esses dados não tem por objetivo alimentar uma falsa polêmica entre dois modelos, o que quase sempre resulta em conflitos estéreis, mas ajudar na construção de um outro olhar sobre o meio rural que temos. É preciso, é justo e é urgente que superemos, de uma vez por todas, o preconceito e a ideia de que só os grandes produzem com qualidade. A realidade é muito diferente e os dados do Censo mostram isto de forma clara e definitiva. A agricultura familiar, no Brasil e no Rio Grande do Sul, produz 70% de todos os alimentos que consumimos no dia a dia, se relaciona melhor com o meio ambiente, ocupa mais gente e é, sim, muito mais produtiva.

Para além de nossas impressões ou ideologias, depois do Censo podemos afirmar, sem medo de errar, que, para o Brasil, quanto mais agricultura familiar, melhor; quanto mais gente no campo, melhor. Ou, como canta o Paulinho da Viola, “as coisas estão no mundo, eu que preciso aprender”.

**Ministro do Desenvolvimento Agrário. Texto publicado originalmente no Zero Hora.*

PSDB resiste a modelo do Bolsa-Família - Julia Duailibi – Estado de São Paulo – Nacional – 22/11/2009

As “vitrines” tucanas no País resistem à implantação de projetos de transferência direta de renda nos moldes do Bolsa-Família.

A um ano da eleição de 2010, Estados e capitais governados pelo PSDB turbinam projetos sociais, mas fogem do modelo que prevê repasse de dinheiro à população de baixa renda.

Apesar de pesquisas mostrarem que a maior parte do eleitorado aprova o Bolsa-Família, na prática os governos tucanos têm bancado iniciativas sociais bem mais focalizadas.

“É importante dar condição para as pessoas andarem com as próprias pernas. Não é só dar dinheiro”, disse o secretário mineiro de Desenvolvimento Social, Augustinho Patrús Filho.

Governador e presidente do PSDB, Aécio Neves, Minas não tem programa de transferência de renda nos moldes do Bolsa-Família. “Não é nosso modo de ver as coisas”, disse. O governo de Minas criou o Poupança Jovem, que repassa R\$ 1.000 por ano para 32 mil jovens do ensino médio. Em 2010, pretende atender 50 mil jovens.

No começo de mês, o prefeito de Curitiba, Beto Richa, cotado para disputar o governo do Paraná, lançou o programa nos moldes do Fome Zero no início do governo

Lula. O Família Curitibana dá um vale de R\$ 50 para famílias comprarem alimentos e outros itens nos Armazéns da Família, mantidos pelo governo.

A iniciativa, que pretende chegar a mais de 1.500 pessoas em 2010, recebeu o apelido de Bolsa-Família tucana. “Chegamos à conclusão de que esse programa era mais próximo do que precisávamos e tinha a questão da emancipação”, disse Richa.

Antes mesmo da eleição começar, PSDB e PT travam debates sobre a paternidade do Bolsa-Família. Tucanos alegam que a origem do programa está no Bolsa-Escola, que foi implantado nacionalmente no governo FHC. Petistas, no entanto, falam que Lula deu a cara atual, a unificar vários programas sociais criando o Bolsa-Família.

Outras capitais do PSDB, Cuiabá e Teresina também não têm, nem pretendem, criar projetos de transferência direta de renda. “A diferença dos nossos programas para os do PT é a promoção da pessoa. O Bolsa-Família, infelizmente, é uma necessidade de caráter emergencial.

Tem de ser um estímulo e não um empecilho para a pessoa progredir”, disse o prefeito de Cuiabá, Wilson Santos.

Em Teresina, o prefeito Sílvio Mendes também não mantém permanentemente programas de transferência de renda.

“A gente tenta investir em projetos autossustentáveis em vez de repassar simplesmente valores pecuniários”, afirmou o prefeito.

“Eu prefiro esse tipo de projeto, esse tipo de relação”, disse. Neste ano, a prefeitura bancou R\$150, durante três meses, para cerca de 4.000 famílias desabrigadas pelas cheias.

No Rio Grande do Sul havia um programa de transferência de renda na gestão do petista Olívio Dutra (1999-2002), o Família Cidadã, que foi desidratado nas gestões seguintes. Com restrições orçamentárias, a governadora Yeda Crusius, ao assumir em 2007, priorizou programas mais focalizados. “Não tem por quê duplicarmos aqui programas generalistas, como o Bolsa-Família”, afirmou o secretário de Justiça e de Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul, Fernando Schüller.

Na contramão, o Estado de São Paulo, governado por José Serra, outro tucano cotado para disputar a Presidência, possui dois programas de transferência direta de renda, o Renda Cidadã e o Ação Jovem.

Hoje, os dois programas repassam R\$ 60 por mês para 128.222 famílias e 89.325 jovens, respectivamente. A previsão é que, em 2010, atendam 162.000 famílias e 139.800 jovens. “A diferença são as condicionalidades.

A pessoa precisa estar num projeto de geração de renda ou sócio-educativo”, rebate a secretária de Desenvolvimento Social, Rita Passos.

PSDB resiste a modelo do Bolsa-Família - Julia Duailibi – Estado de São Paulo – Nacional – 22/11/2009

As “vitrines” tucanas no País resistem à implantação de projetos de transferência direta de renda nos moldes do Bolsa-Família.

A um ano da eleição de 2010, Estados e capitais governados pelo PSDB turbinam projetos sociais, mas fogem do modelo que prevê repasse

de dinheiro à população de baixa renda.

Apesar de pesquisas mostrarem que a maior parte do eleitorado aprova Bolsa-Família, na prática os governos tucanos têm bancado iniciativas sociais bem mais focalizadas.

“É importante dar condição para as pessoas andarem com as próprias pernas. Não é só dar dinheiro”, disse o secretário mineiro de Desenvolvimento Social, Augustinho Patrús Filho.

Governador por um período do PSDB, Aécio Neves, Minas não tem programa de transferência de renda nos moldes do Bolsa-Família. “Não é nosso modo de ver as coisas”, disse. O governo de Minas criou o Poupança Jovem, que repassa R\$ 1.000 por ano para 32 mil jovens do ensino médio. Em 2010, pretende atender 50 mil jovens.

No mesmo mês, o prefeito de Curitiba, Beto Richa, cotado para disputar o governo do Paraná, lançou o programa nos moldes do Fome Zero no início do governo Lula. O Família Curitiba dá um vale de R\$ 50 para famílias comprarem alimentos e outros itens nos Armazéns da Família, mantidos pelo governo.

A iniciativa, que pretende chegar a mais de 1.500 pessoas em 2010, recebeu o apelido de Bolsa-Família Tucana. “Chegamos à conclusão de que esse programa era mais próximo do que precisávamos e tinha a questão da emancipação”, disse Richa.

Antes mesmo da eleição começar, PSDB e PT travam debates sobre a paternidade do Bolsa-Família. Tucanos alegam que a origem do programa está no Bolsa-Escola, que foi implantado nacionalmente no governo de FHC. Petistas, no entanto, falam que Lula deu a cara atual, ao unificar vários programas sociais criando o Bolsa-Família.

Outras capitais do PSDB, Cuiabá e Teresina também não têm, nem pretendem, criar projetos de transferência direta de renda. “A diferença dos nossos programas para os do PT é a promoção da pessoa. O Bolsa-Família, infelizmente, é uma necessidade de caráter emergencial. Tem de ser um estímulo e não um empecilho para a pessoa progredir”, disse o prefeito de Cuiabá, Wilson Santos.

Em Teresina, o prefeito Sílvio Mendes também não mantém permanentemente programas de transferência de renda. “A gente tenta investir em projetos autossustentáveis em vez de repassar simplesmente valores pecuniários”, afirmou o prefeito.

“Eu prefiro esse tipo de projeto, esse tipo de relação”, disse. Neste ano, a prefeitura bancou R\$ 150, durante três meses, para cerca de 4.000 famílias desabrigadas pelas cheias.

No Rio Grande do Sul havia um programa de transferência de renda na gestão do petista Olívio Dutra (1999-2002), o Família Cidadã, que foi desidratado nas gestões seguintes. Com restrições orçamentárias, a governadora Yeda Crusius, ao assumir em 2007, priorizou programas mais focalizados. “Não tem por quê duplicarmos aqui programas generalistas, como o Bolsa-Família”, afirmou o secretário de Justiça e de Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul, Fernando Schüller.

Na contramão, o Estado de São Paulo, governado por José Serra, outro tucano cotado para disputar a Presidência, possui dois programas de transferência direta de renda, o Renda Cidadã e o Ação Jovem. Hoje, os dois programas repassam R\$ 60 por mês para 128.222 famílias e 89.325 jovens, respectivamente. A previsão é que, em 2010, atendam 162.000 famílias e 139.800 jovens. “A diferença são as condicionalidades.

A pessoa precisa estar num projeto de geração de renda ou sócio-educativo”, rebate a secretária de Desenvolvimento Social, Rita Passos.

Alcance de benefício inibe criação de projetos locais

O alcance do Bolsa-Família, que chega hoje a 12,5 milhões de famílias, e as restrições orçamentárias de Estados e municípios inibiram governos locais a desenvolver projetos próprios de transferência direta de renda. “É difícil para os governos locais bancarem esse tipo de benefício”, afirmou Lúcia Modesto, secretária nacional de Renda de Cidadania.

O governo federal desembolsa por mês R\$ 1,1 bilhão para repassar até R\$ 200 por família. “Entendemos que os municípios podem dar recursos para as famílias pobres, mas de outra forma”, disse.

“Temos de catalisar e não sobrepor”, completou. De acordo com a secretária, a parceria que o governo busca hoje “não é de complementar a renda, mas de desenvolver outras alternativas sustentáveis” para as famílias.

No começo do governo Lula, tentou-se integrar o programa nacional com iniciativas municipais e estaduais.

Até hoje, no entanto, estão integrados apenas o Distrito Federal e o Acre, e as cidades de Boa Vista (RR), São Luís (MA) e Nova Lima (MG).

Lúcia afirma que a dificuldade inicial para a integração era a equalização dos benefícios pagos. Além disso, depois que governos locais instituíam seus programas, não queriam mudá-los.

No ano que vem, o governo lançará um novo modelo de atuação e de gestão integrada com Estados e municípios para ampliar a atuação conjunta. Pretende colocar metas nas parcerias, que passarão a abordar outras áreas, como saúde.

COMISSÃO APROVA VALOR MAIOR QUANDO FILHOS TÊM BOAS NOTAS – Folha de São Paulo – Brasil – 26/11/2009

De autoria de Tasso Jereissati (PSDB-CE), o projeto de lei aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado não estipula de quanto será o benefício. Já a aferição do “desempenho” seria feita com uma avaliação oficial a ser regulamentada. Para valer, a proposta precisa passar pela Comissão de Educação e ser aprovada na Câmara. Atualmente, o recebimento do benefício pela família condiciona que os filhos estejam matriculados e frequentem as aulas.

Deserto de homens e trabalho – Liana Melo – O Globo – Economia – 29/11/2009

Desertificação já atinge 87% do município de Irauçuba, no Ceará. PIB do Nordeste poderá encolher 11,4%

Todo fim de tarde, Francisco Oliveira pedala três léguas, ou 18 quilômetros, para embrenhar-se no mato.

Munido de apenas dois pauzinhos de madeira, ele arma “vários quixós” (uma espécie de armadilha) e volta no dia seguinte, bem cedo.

Sua presa é um rato-domato, também conhecido entre os sertanejos como rabudo.

Francisco, 65 anos, chega a levar para casa uma dúzia deles, que são consumidos entre o almoço e o jantar.

Pai de oito filhos, 17 netos e um bisneto, Francisco e a esposa Maria Socorro, de 62 anos, garantem que a carne do bicho é saborosa. Por falta de opção melhor para levar à mesa, a família Oliveira varia apenas na forma do preparo: frito ou cozido.

— Em todos estes anos, nunca dormimos com fome. Rabudo aqui não falta — lembra Francisco, que já usou o bicho até como moeda de troca para comprar legumes.

Não é só na casa de Francisco que o rabudo é um dos itens do cardápio. O bicho já consta do hábito alimentar de Irauçuba — município apontado como um dos polos de maior aridez do semiárido nordestino.

No Ceará, problema já atinge 10% do território Localizado a 150 quilômetros de Fortaleza, no Ceará, a cidade está vivendo um processo avançado de desertificação. Pouco mais de 87% da região já estão virando deserto e o percentual no estado chega a 10,2%.

Cálculos preliminares da Fiocruz e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) dão conta de que o avanço desse processo associado às mudanças climáticas podem provocar uma redução de 11,4% na taxa de crescimento da economia nordestina até 2050. Só a área agricultável do Ceará deverá sofrer um encolhimento de 79,6%.

Vítima recorrente da seca, que é um fenômeno ecológico, a desertificação que atinge a zona rural de Irauçuba é resultante da pecuária, das queimadas (para ampliar áreas de cultivo e pastagem ou para produção de lenha) e do uso inadequado da terra. É comum os agricultores locais abandonarem seus roçados, cultivados no máximo duas vezes, para abrirem novas clareiras.

A agricultura é basicamente de subsistência. Predomina o cultivo de milho e feijão.

A associação da seca com o uso inadequado do solo acabou imputando a Irauçuba o título de o deserto do Ceará.

— Ainda não temos nenhuma área desértica — garante o vice-governador do estado, Francisco Pinheiro (PT), admitindo, que, em outras regiões do Ceará, como no Médio Jaguaribe, onde se encontra a maior extensão de áreas desertificadas (44,1 mil km²) do estado, o processo já atingiu 23,54% do município.

O preocupante, na avaliação do prefeito de Irauçuba, Raimundo Nonato (PHS), é que a desertificação coincide, em grande parte, com os maiores bolsões de miséria da região. A coincidência já virou regra no país, onde a desertificação é uma realidade.

É comum ver as crianças de Irauçuba brincarem com ossada de gado, já que até mesmo uma simples boneca ou uma bola é inacessível ao bolso do sertanejo. Sombra também é algo raro no município.

As queimadas praticamente acabaram com espécies como angico, aroeira e imburana, entre outras. A derrubada das árvores criou também um deserto de pássaros, que migraram à procura de habitat mais amigável para viverem.

— Diante da escassez de recursos e da falta de políticas públicas estadual e federal, sancionamos, em junho, a primeira lei municipal de combate à desertificação. Também criamos um fundo para captar recursos — afirma Nonato.

Cálculos estimados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) dão conta de que seria necessário um verba anual de R\$ 30 milhões para combater o problema no país. A Coordenação de Combate à Desertificação do ministério está contando este ano com apenas R\$ 4 milhões.

Estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) concluiu que as mudanças climáticas tendem a aprofundar a desertificação. Para realizar o trabalho “Mudanças Climáticas, Migrações e

Saúde: Cenários para o Nordeste Brasileiro 2000-2005”, os pesquisadores desenvolveram o Índice de Vulnerabilidade de Desertificação (IVD).

Por este índice, chegou-se à conclusão que 1% do Nordeste se encontra sob risco elevado de desertificação. O Ceará, por sua vez, está no topo da lista, com Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia.

Não bastasse isso, o Ceará é o estado com maior índice de vulnerabilidade à dengue e à leptospirose.

Com o solo empobrecido, está ficando cada vez mais difícil garantir o sustento de quem vive da terra. Até o gado, que ainda é a principal fonte de renda do município, virou vítima da desertificação, depois de ser seu algoz.

A população de bovino é dobro do que a condição ambiental do município suporta.

No lugar de 12 mil cabeças, o superpastoreio chega a 20,4 mil cabeças.

Não sobrou nem capim verde para o gado — O gado praticamente não tem mais capim verde para comer.

Já até aluguei pasto no Maranhão, para o gado não morrer de fome — lembra o pecuarista Rufino Gomes.

Mesmo que não sobre nenhum açude, ele não terá como repetir a estratégia. É que os estados vizinhos, incluindo o Maranhão, estão com medo da proliferação dos focos de febre aftosa. O pecuarista chegou a pagar R\$ 15 de aluguel por cabeça.

Dono de duas fazendas, que juntas somam 2,5 mil hectares, Gomes, também é dono de duas redes de supermercado na região. Ele não descarta substituir seu gado de corte pelo leiteiro.

— Gado como dinheiro.

Criando gado leiteiro posso vender o produto nas redes de supermercados que meus filhos administram — pensa alto Gomes, pai de quatro filhos, dois dos quais cuidam das lojas

Desertificação já atinge 7 estados e 30 milhões – Liana Melo – O Globo – 29/11/2009

Além do Nordeste, problema afeta áreas em Minas e Rio Grande do Sul, o que significa 15% do território do país

IRAUCUBA (CE). Sete estados e 1.482 localidades espalhadas pelo Ceará, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Rio Grande do Sul entraram na rota da desertificação. A maioria destes locais vive em situação de pobreza ou miséria.

Identificado como um processo circunscrito ao semiárido, a desertificação rompeu fronteiras e atingiu municípios gaúchos e mineiros. A população afetada já chega a 30 milhões de pessoas, segundo o Ministério do Meio Ambiente.

Um total de 1,3 milhão de km² do território nacional já estão afetados, o que significa 15% do país.

O prenúncio de chuva, ainda que esparsa, é o suficiente para que o sertanejo Genivaldo Pereira, de 78 anos, faça uma oração agradecendo as poucas gotas que caem do céu, em Irauçuba. Ele vive da agricultura de subsistência e nunca teve carteira assinada.

Quatro estados lideram os maiores índices no Brasil. A desertificação não é um flagelo moderno. A novidade é que o avanço deste processo sinaliza uma ameaça global. A cada minuto, 12 hectares de terra viram deserto no mundo, segundo a ONU. O avanço do processo de desertificação no Brasil e no mundo será um dos assuntos da Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP-15), que ocorrerá em Copenhague, na Dinamarca, na primeira semana de dezembro. O Brasil vai chegar ao encontro com uma proposta ousada.

Irauçuba (Ceará) divide com Seridó (Paraíba), Gilbués (Piauí) e Cabrobó (Pernambuco) o título de municípios mais desertificados do país.

Segundo diagnóstico do Ministério do Meio Ambiente, as áreas mais atingidas pela desertificação ainda estão concentradas no Nordeste, num perímetro de 180 mil km².

— Em uma região economicamente frágil como o semiárido nordestino, a redução da produção agrícola e a falta de trabalho podem desencadear ondas migratórias — avalia Alisson Barbieri, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e um dos autores do relatório “Mudanças Climáticas, Migratórias e Saúde: Cenários para o Nordeste brasileiro 2000-2050”.

Cruzando os cenários de mudanças climáticas com o processo de desertificação, o estudo concluiu que a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços) do Nordeste pode deixar de crescer 11,4%. Isto sem falar no encolhimento das áreas agricultáveis. Cálculos preliminares dão conta de que no Ceará a redução pode chegar a 79,6%. Em outros, como no Piauí, pode chegar a 70,1%, na Paraíba, 66,6% e em Pernambuco, 64,9%.

Minc está angariando apoios internacionais. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, passou os últimos dias angariando apoios para a ideia de incluir o combate à desertificação como uma das ações de enfrentamento do aquecimento global. Países como Inglaterra e Noruega já concordaram em apoiar a proposta brasileira.

— Estou defendendo que as ações de recuperação de áreas degradadas, como os núcleos desertificados, entrem no Mercado de Crédito de Carbono — explica Minc, que apresentou a proposta em Buenos Aires, em setembro, quando ocorreu a COP-9 da desertificação.

Cidade fantasma – O Globo – Economia – 29/11/2009

Sertanejos migram e abandonam casas Irauçuba (CE). Casas abandonadas, outras destruídas, praticamente nenhum sinal de animal no pasto. A desertificação está expulsando o homem do campo e transformando algumas localidades de Irauçuba em cidades fantasmas.

Contrariando as possíveis traduções do nome do município em Tupi-Guarani (ira, significa mel, e aussuba, bom sentimento, por extensão amizade), a desertificação transformou Irauçuba num lugar pouco amigável para o homem.

Com a vegetação competindo pela pouca água, o casal Maria e Jorge Firmino, ambos com 58 anos, não conta mais nem com a vizinhança para pedir ajuda em caso de necessidade. Nos últimos 50 anos, houve uma inversão da densidade demográfica no município. Enquanto nos anos 60, 85,72% da população viviam no campo; atualmente, 60,95% dos moradores moram na cidade, segundo dados do IBGE.

Até quando chove, é um problema. A compactação do solo faz com que a água não se infiltre, inundando áreas inteiras.

— No último inverno, perdemos toda a plantão de feijão — lembra Jorge.

Mais precavida, Carolina Martins, 85 anos, armazena milho, que é plantado numa área de 30 alqueires.

Um dos quartos da casa onde mora é lotado de milho, que garante a alimentação do gado e da família.

Ela divide a casa com o marido Luiz Lopes, 90 anos, e Antonio, o único dos dez filhos do casal que não migrou.

— Tenho medo de passar fome — admite Carolina, que dorme agarrada a uma chave — Tenho um tesouro.

Seu tesouro é uma garagem lotada de grãos, como arroz e feijão. O marido não tem acesso a chave.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio

